

O Selvagem e o Bárbaro

A Teoria do Poder e a Analítica do Poder em Michel Foucault

João Paulo
Ayub da
Fonseca

Graduando do
Curso de Ciências
Sociais / UFMG

RESUMO: A obra de Michel Foucault representa enorme contribuição para a análise das relações de poder. Não tendo uma teoria destinada a explicar indiscriminadamente qualquer tipo de relação de poder, ele constrói, através de estudos empíricos, uma análise que permite definir o domínio das relações de poder, assim como os instrumentos capazes de analisá-las. Neste texto pretendo identificar os contornos básicos da "analítica do poder" de Foucault, partindo das análises que o autor faz dos discursos filosófico-jurídico e histórico-político, a partir das metáforas do selvagem e do bárbaro.

ABSTRACT: Michel Foucault's empirical and theoretical studies tribute enlarge knowledge concerning power relationships. He does not build a general theory of power, but his empirical studies provide relevant insights on how the power relationships are established and work. In this essay, I intended to define the basic elements of his conceptions of power based on his ideas about the political meanings of philosophical-juridical and historical-political discourses, outlined through the savage's and the barbarian's metaphors

Palavras-chave:

Foucault, relações de poder, soberania, dominação, subjetivação, liberdade.

Keywords:

Foucault, power relationships, sovereignty, domination, individuation, freedom.

Introdução

Seja quando lemos a *História da loucura*, sobre os mecanismos de exclusão que servem para identificar socialmente o louco; seja quando lemos a respeito das práticas através das quais torna-se possível um saber sobre o homem, as Ciências Humanas, no livro *As palavras e as coisas*; quando, em *Vigiar e Punir*, nos damos conta dessa tecnologia do poder que é o processo de disciplinamento das almas e dos corpos; ou através da descoberta dos mecanismos de poder envolvidos nas práticas sexuais, no papel de formar identidades a partir de *A vontade de saber*, percebemos em Foucault, não uma espécie de receita através da qual descobriríamos como devemos ser, pensar e agir, mas sim, a partir do conhecimento dos jogos de poder e mecanismos sociais que envolvem as práticas humanas, os quais afetam os sujeitos em sua história, a possibilidade de partir em busca da liberdade. E essa busca está relacionada com as escolhas que fazemos em nossa vida, o que inclui desde nossa opção sexual até nossas preferências musicais, criações artísticas, etc. Diz Foucault: "penso que se pode passar às pessoas a possibilidade de se determinar, de fazer, sabendo tudo isso [a atuação das formas de repressão e constrangimento], a escolha de sua existência" (Foucault, 1994, p. 732). Assim, acredito que, ao lançarmos o desafio de apropriação efetiva da obra foucaultiana, na tentativa de entender os mecanismos pelos quais nós sujeitos nos constituímos socialmente, estamos envolvidos num compromisso ético com nossa própria formação.

Neste trabalho procurarei, analisando as figuras do bárbaro e do selvagem, levantar alguns elementos por meio dos quais Foucault fun-

damenta o que chamou de "analítica do poder". Essas duas figuras correspondem a dois discursos: o selvagem está representado no discurso filosófico-jurídico, do qual Foucault se distancia; e a figura do bárbaro remete a um discurso denominado por ele de histórico-político, sendo este discurso elogiado pelo autor. Foucault faz a genealogia e a crítica desses dois discursos nas suas aulas do curso de 1975-1976 no Collège de France, mais tarde publicadas em livro sob o título *Em defesa da sociedade*¹.

Que importância têm essas análises para a compreensão da concepção de poder de Foucault? Essas análises, ou melhor, esses dois discursos, são como que modelos teóricos a partir dos quais se pretende tornar inteligíveis as relações de poder. Uma Teoria do Poder é identificada ao discurso filosófico-jurídico. A crítica de Foucault incide sobre o que ele chama de "economismo" neste tipo de análise, na qual o poder é tratado como se fosse uma espécie de mercadoria e as relações de poder são entendidas segundo o modelo econômico da troca. Do outro lado, o discurso histórico-político fundamenta-se no modelo da guerra e a luta permanente é a chave para se entender as relações de poder.

Antes de tentar refazer os caminhos percorridos por Foucault através das concepções acima delineadas, algumas ressalvas devem ser feitas sobre a tentativa aqui apresentada de definir a natureza da chamada "analítica do poder". A obra de Michel Foucault constrói-se por meio de deslocamentos expressados em cada trabalho. Tal procedimento reflete a atitude de um autor comprometido com a pesquisa empírica e com as possíveis surpresas que o objeto sobre o qual dedica o estudo pode apresentar, numa

busca que não se reduz àquilo que convém conhecer, mas que pressupõe a constante expansão dos limites do conhecimento. Tudo isso nos sugere o tamanho do risco ao tentar elaborar os princípios básicos da concepção de poder de Foucault, que sempre esteve ligada a casos singulares e mesmo determinada por eles. Em Foucault, os avanços da pesquisa é que determinam o conteúdo dos conceitos. Mas, ainda assim, a tarefa proposta tem mérito. Sua importância decorre do fato de fornecer um instrumento para a análise das relações de dominação identificadas em nossa sociedade. A analítica do poder é antes um método de abordagem da realidade do que uma teoria. No livro *A Vontade de Saber*, primeiro volume da *História da Sexualidade*, Foucault deixa bem claro o fato de não se tratar, na sua obra, de uma Teoria do poder, histórica e desvinculada da pesquisa empírica, mas antes de uma analítica: "O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmo-nos menos para uma 'teoria' do que para uma 'analítica' do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo" (Foucault, 1979b, p.80).

Uma outra ressalva que fazemos aqui diz respeito ao deslocamento/modificação na obra de Foucault, ao longo da década de 70, que se observa no tratamento dado à questão do poder. Três tecnologias de poder são estudadas pelo autor durante o período que vai do início dos anos 70 - quando a concepção da genealogia do poder começa a tomar forma nítida - até sua morte, em 1984: o poder disciplinar, o bio-poder e a governamentalidade. Citarei brevemente em que consistem essas tecnologias de poder, pois o objetivo desse trabalho é outro, isto é, o de trazer à luz alguns *elementos básicos* presentes na obra de Foucault a respeito do poder, que dão contornos não definitivos, mas seguros, à *analítica do poder*.

O poder disciplinar é noção central no pensamento de Foucault nos anos de 73 a 75. A obra clássica é *Vigiar e Punir*. Essa tecnologia tem implicações importantes em sua concepção de poder: refere-se aos mecanismos - a vigilância ininterrupta - com os quais o poder domestica os corpos e mentes, ao mesmo tempo em que produz um saber destinado ao controle. A noção de bio-poder representa uma mudança de direção em relação ao poder disciplinar, pois denota que não somente os corpos individualizados são alvo do poder, mas, incorporando a noção de espécie, é a população com suas leis e regularidades que se torna o alvo dessa tecnologia que incide no conjunto dos vivos. Esse tipo de problematização no pensamento de Foucault é predominante no período de 76/77. A partir de 78, a governamentalidade abre uma outra perspectiva para sua análise do poder. Daí até a sua morte, o autor entra no domínio da ética. Nos dois últimos volumes da *História da Sexualidade (O uso dos prazeres e O cuidado de si)*, a problemática do 'governo de si' torna-se o ponto principal pa-

ra o qual se direcionaram as análises de Foucault.

Tais deslocamentos dizem respeito a mudanças de enfoque na problematização do poder. Como destaca Antonio Maia, "na medida em que Foucault ia se aprofundando nas pesquisas em torno das formas pelas quais, na Civilização Ocidental, se estruturam as diversas práticas (e as instituições que lhe eram e são correlatas) que veiculam e fazem funcionar as relações de poder, foi paulatinamente desenvolvendo diferentes categorias, para dar conta do material analisado" (Maia, 1995, p.93).

O selvagem e o "economismo" na teoria do poder

O selvagem é aquele que preexiste a qualquer civilização. Sua relação com outros indivíduos é pautada pelo medo e insegurança. Predominam os interesses egoístas. Há um estado de anarquia, pois não há nada que regularize o convívio de uns com os outros. Nesse "estado de natureza", nome dado pelos filósofos contratualistas a esse momento fictício em que a humanidade se encontraria num estágio anterior ao da civilização, cada um por si próprio deve se defender da ameaça representada pelo outro.

Um único direito existe nesse mundo do selvagem: o direito de natureza. "O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida" (Hobbes, 1979, p.78). O selvagem age livremente de acordo com sua própria vontade, desejos e interesses, sem nenhuma coerção externa que o contenha. Mas desse modo os indivíduos não conviveriam a não ser sob o risco da guerra de todos contra todos. O selvagem, então, presta-se a um contrato com seus iguais - já que todos possuem esse direito de natureza - fundando a civilização, o Estado, que tem no corpo do representante seu centro de controle e decisão². Segundo Hobbes, o homem no estado de natureza reconhece a necessidade de "renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo." (Hobbes, 1979, p.79). O Estado soberano é formado a partir da soma dos múltiplos poderes individuais e, pelo contrato social, tem o poder de legislar (dizer o que é o bem e o mal, o justo e o injusto) sobre a vida do conjunto dos contratantes, assim como deve manter a ordem social.

A Teoria do Poder que se desenvolve a partir dos filósofos contratualistas dos séculos XVII e XVIII, especialmente a que remonta ao *Leviatã* de Hobbes, fundamenta-se na idéia jurídica da soberania e do contrato. É uma teoria comprometida, entre outras coisas, em explicar a origem da política. A idéia do selvagem e do contrato serve para tornar inteligível o momento em que um poder soberano fundaria a ordem políti-

2. Para Hobbes o Estado pode ser monárquico, governado por um só homem, ou mesmo por mais de um, como numa assembleia.

ca³.

Para darmos conta do distanciamento operado por Foucault em relação a essa Teoria do Poder, que ainda hoje é tida como modelo de análise das relações de poder no mundo moderno, precisamos ressaltar algumas conseqüências desse pensamento, assim como alguns postulados implicados em tal teoria:

1 – A propriedade: o poder é uma propriedade natural de cada um; e após a construção do Estado soberano, ele passa a ser propriedade de quem governa devido à renúncia conjunta dos cidadãos aos seus poderes naturais. Essa idéia é retirada da concepção acima exposta, pela qual cada um, no “estado de natureza”, possuiria uma relativa parcela de poder que lhe permitiria fazer tudo. O contrato seria o momento em que uma troca entre súdito e soberano daria ao súdito proteção à vida e garantia de seus bens, e ao soberano ficaria a posse legal do poder.

2 – A lei como encarnação do poder: uma idéia fundamental nessa concepção filosófico-jurídica do poder é a de que o poder se expressa através do direito sob a forma da lei. Essa idéia implica um dos pontos de contenção para Foucault: o poder é negativo e essencialmente repressivo⁴. A lei tem a força da proibição. Assim, cabe a ela enunciar os limites que incidiriam sobre a liberdade dos sujeitos, impedindo-os de fazer determinadas coisas, ao mesmo tempo em que permitiria outras, desde que restritas aos limites do que é regulamentado. Sob o império da lei cabe aos indivíduos obedecer⁵.

3 – A localização do poder: o poder localiza-se nos aparelhos do Estado. A partir do Estado e suas instituições irradia o poder, como se fosse o foco donde partiria toda e qualquer relação de poder.

4 – O “economismo” nas relações de poder: por fim, caberia ressaltar a presença de um certo “economismo” nesta Teoria do Poder. O instrumental de análise do poder possível nesta Teoria fundada na tradição filosófico-jurídica ocidental é baseado num modelo extraído da economia, onde o poder é tido como uma espécie de mercadoria. Desse modo, o poder é pensado como algo de que se apropria e se troca sob a forma do contrato.

A análise marxista também não escaparia do modelo retirado da economia para realizar a análise das relações de poder. Mas, aqui, o poder adquire uma funcionalidade nas relações de produção econômicas, uma “funcionalidade econômica”. Assim nos diz Foucault: “Funcionalidade

econômica”, na medida em que o papel essencial do poder seria manter relações de produção e, ao mesmo tempo, reconduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e as modalidades próprias da apropriação das forças produtivas tornaram possível. Neste caso, o poder político encontraria na economia sua razão de ser histórica.” (Foucault, 2002, p.20).

Em resumo, assim o autor entende as concepções jurídica e marxista: “num caso, tem-se um poder político que encontraria, no procedimento da troca, na economia da circulação dos bens, seu modelo formal; e, no outro caso, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, e o princípio de sua forma concreta e de seu funcionamento atual” (idem, 2002, p.20).

Agora, a partir do elogio que o autor faz ao discurso histórico-político, invocaremos o modelo da guerra como princípio a partir do qual Foucault analisa as relações de poder. A alusão à figura do bárbaro e a esse discurso será seguida de uma tentativa de levantar os principais elementos da *analítica do poder*.

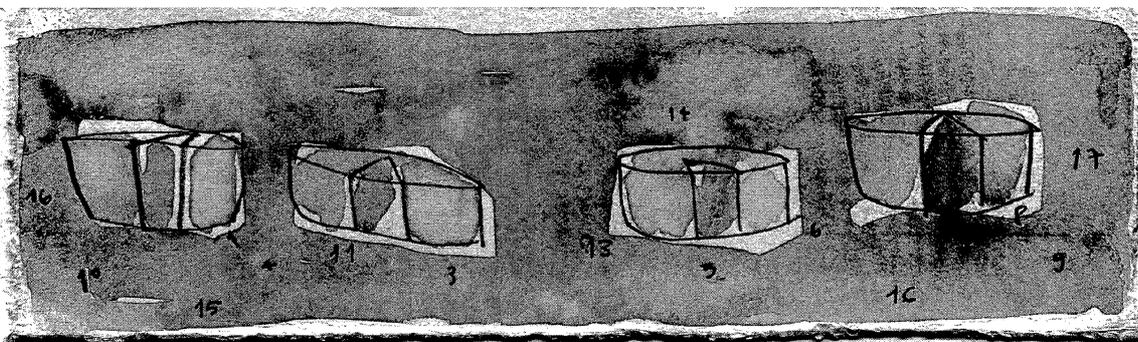
O bárbaro e a analítica do poder de Michel Foucault

A figura do bárbaro parece fugir completamente à do selvagem, a começar pela sua condição de existência. Ao contrário do selvagem, o bárbaro existe em função da existência de uma civilização, à qual é estranho e da qual é certamente inimigo. Ele não pertence à comunidade dos cidadãos, o Estado, pois não se dispôs ao contrato social. Não conhece o contrato nem respeita a ordem criada pelos contratantes, sua vida é guerreira e sua sobrevivência está condicionada à incessante invasão, batalha e pilhagem. Para entendermos essa figura, o direito já não nos serve, mas sim o modelo da guerra e a situação de dominação imposta por aquele que tem mais força. E é com essa figura que Foucault nos apresenta o discurso histórico-político cujo representante é Boulainvilliers. Esse discurso entende a história enquanto sucessão permanente de batalhas e jogos de força, e a ordem e a paz políticas não seriam nada além do que a guerra continuada por outros meios. E Foucault diz: “A política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2002, p.23). Uma inversão do aforismo de Clausewitz, que dizia: “A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios.” (Foucault, 2002, p.22)

3. Deve-se lembrar que este “momento” não remete ao tempo histórico; ele tem valor enquanto recurso lógico de explicação.

4. Retomarei este ponto da crítica de Foucault adiante.

5. Em Hobbes, a idéia do poder como força repressiva pode ser ilustrada, por exemplo, quando ele invoca a imagem da espada: “E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém.” (de *Leviatã*, citado por Aranha e Martins, p. 210).



A partir dessa leitura, baseada na idéia do bárbaro e da dominação, deve-se pensar que, sob a ordem e as leis, murmuram os gritos e escorre o sangue derramado dos que estiveram na batalha de onde uma determinada configuração de força saiu vencedora e se manteve. Isso significa, em resumo, que estamos numa batalha constante; que as relações de poder são relações de dominação em relativa transformação, que podem tender para um equilíbrio das relações de força ou reforçar a imposição de uma força sobre outra.

Em que o modelo da guerra é tão caro a Foucault? Para entendermos a força desse paradigma em Foucault, precisamos antes ressaltar o caráter relacional em sua concepção de poder:

"O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismos de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo 'poder' designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se uma às outras)" (Foucault, 1982, p.217).

Tiramos daí que o poder se dá numa relação entre indivíduos e que pressupõe uma inter-relação, um movimento.

Ainda sobre o caráter relacional do poder e suas implicações no processo de sujeição dos indivíduos - superando o modelo jurídico da soberania que insiste em analisar as relações de poder a partir de seus termos primitivos, o indivíduo dotado de direitos e poderes naturais - Foucault vai em direção daquilo que é central na sua obra genealógica: a formação dos sujeitos. Como ele explica: "Dever-se-ia tentar estudar o poder: não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação na medida em que ela é que determina os elementos sobre os quais incide: em vez de perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, deve-se investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos" (Foucault, 2002, p.319)⁶.

Quanto à questão inicial da guerra como modelo de inteligibilidade das relações de poder, as noções correlativas de tática e estratégia, assim como as de batalha e confronto, são instrumentos com os quais Foucault tenta tornar compreensíveis as relações de dominação. Num passagem em Vigiar e Punir ele esclarece sua concepção do poder fundada no modelo da guerra: "o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede

de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados." (Foucault, 1977, p.29).

Seguindo por esse caminho, o do confronto e da guerra permanentes, o autor analisa as produções discursivas e compreende os discursos enquanto peças inseridas num dispositivo de poder, organizando-se em blocos táticos dispostos num campo de batalha. Nessa relação de poder manifestada na produção dos discursos, a busca da verdade, ou melhor, dos discursos considerados verdadeiros pela sociedade, está em jogo e motiva a luta. Isso se deve ao fato de a verdade estar inevitavelmente relacionada ao poder; ela "não existe fora do poder ou sem poder". Sobre o jogo travado entre os indivíduos pela verdade dos discursos, Foucault nos diz: "A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral de verdade': isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro." (Foucault, 1979a, p. 12).

E aqui percebemos a presença nietzschiana no pensamento de Foucault: não há uma verdade essencial no mundo, a qual caberia aos indivíduos buscar. Há, sim, um conhecimento do mundo que é fruto de uma perspectiva. Foucault, no seu livro *A Verdade e as formas jurídicas*, se vale do aforismo 109 da *Gaia Ciência*, em que Nietzsche diz: "Mas o caráter do mundo é, pelo contrário, o de um caos eterno, não pelo fato da ausência de uma necessidade, mas pela ausência de uma ordem, de encadeamento de forma, de beleza, de sabedoria, e de toda a estética humana." (Nietzsche, 1978, p.199) Num outro momento, Foucault cita o aforismo 333 da mesma obra de Nietzsche, para dizer que não há conhecimento sem batalha, sem violência e falsificação sobre aquilo que se conhece. No ato de conhecer, uma luta se trava no sentido de conformar (tornar coerente) um mundo sem lei e sem formas. A verdade seria da ordem da criação/invenção humana, pois não há conhecimento em si. Decorre disso que o saber, incluindo o científico, está intrinsecamente ligado a uma relação de poder, pois é fundado sobre conhecimentos que se propõem verdadeiros: "Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é

⁶ Num texto escrito pouco antes de sua morte, chamado "Uma estética da existência", Foucault se refere, para além das práticas de assujeitamento na formação do sujeito, a uma outra maneira, mais autônoma, "através das práticas de libertação, de liberdade..." (Foucault, 1994, p.734)

possível que o saber não engendre poder.” (Foucault, 1979a, p. 142)

Deve-se entender também que, em Foucault, a sujeição dos indivíduos ao poder se dá a nível local, microfísico, e é identificada no momento mesmo em que os corpos são submetidos a uma determinada relação de força; e que a dominação pressupõe um exercício constante de um poder que se materializa nos seus corpos, criando sensações, desejos e saber. No cap. VIII da *Microfísica do Poder*, Foucault diz o seguinte: “Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. O século XVIII encontrou um regime por assim dizer sináptico de poder [o poder disciplinar], de seu exercício no corpo social, e não sobre o corpo social.” (Foucault, 1979a, p. 131)

Com relação ao poder do Estado na perspectiva foucaultiana, antes de considerá-lo como foco das relações de poder que perpassam o corpo social⁷, é preciso entender que o Estado e suas instituições existem por apoiarem-se nas relações de poder que estão investidas no corpo social: “Ora, penso que, sem chegar a dizer que o poder de estado deriva das outras formas de poder, ele é, ao menos, fundamentado sobre elas, e são elas que permitem ao poder de estado existir.” (Foucault, 2003, p.268). E se de fato podemos observar uma força considerável nos aparelhos de estado, é porque estes se investem das relações de força presentes na sociedade: “[...] o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia e etc.” (Foucault, 1982, p. 122) Podemos dizer, então, que ao mudarmos o poder de estado, não necessariamente estamos mudando as outras formas de dominação presentes no seio da sociedade. Foucault nos dá o exemplo da URSS, onde houve uma mudança nos quadros governantes e nos modos de produção econômicos, mas as mesmas relações de poder que subjogavam as pessoas em suas vidas cotidianas no mundo capitalista eram encontradas no sistema socialista (Foucault, 2003).

Pelo o que foi exposto acima sobre o poder do Estado, percebemos claramente em Foucault o abandono da noção de soberania - que situa o poder em termos de Direito -, pois as relações de poder que se dão fora do Estado não podem ser analisadas em termos de proibição ou de imposição de uma lei; e também o abandono de um modelo centralizador no qual o Estado “detém a prerrogativa de ser o centro [foco] constituidor das relações de poder.” (Maia, 1995, p.87).

Nesse redimensionamento do papel do Estado em relação ao poder, ao invés de um modelo centralizador que pressupõe um ponto (o Estado) de onde emanam as relações de poder, devemos entender a dinâmica de tais relações adotando a idéia de uma rede que atravessa os vários focos de poder presentes na sociedade. Sobre a idéia de rede, assim explica Antônio Maia: “Rede esta que permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária, etc.) que se apóiam uns nos outros”.

Um outro ponto essencial à análise de Foucault diz respeito ao caráter positivo, produtivo do poder. E nesse ponto ele opera mais um deslocamento em relação à noção de poder fundada sob o signo da lei, na qual o poder é essencialmente negativo e repressivo (a proibição é a força fundamental quando olhamos a partir desse ponto de vista). Como ele diz, “Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.” (Foucault, 1977, p. 172) O autor reconhece que há uma dificuldade em se livrar dessa concepção jurídica que vê o poder como algo essencialmente repressivo, porque ela “parece se adaptar a uma série de fenômenos que dizem respeito aos efeitos do poder.” (Foucault, 1979a, p.7) Mas então ele se pergunta se o poder obteria aceitação e seria obedecido se somente dissesse não. E responde: “O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.”⁸ (idem, 1979a, p. 7).

Numa relação de poder, é importante dizer que, para Foucault, a resistência não corresponde a um elemento externo o qual incidiria sobre a relação como uma força autônoma. Não há uma força de resistência na sociedade pela qual surgiriam as revoltas e rebeliões, mas estratégias locais (que podem se inscrever num conjunto de estratégias globais) destinadas a alterar ou transformar as relações de dominação, cujo sucesso depende de uma série de táticas e da própria articulação dessas estratégias a um nível global. Assim, a resistência ao poder é o outro termo da relação e ela primeiramente denuncia, como um “interlocutor irreduzível”, uma relação de força que se faz presente.

A possibilidade de resistência significa que não há, para Foucault, um poder absoluto e infalível que deixaria imobilizados aqueles sobre os quais atua. Quando diz que há poder em todo lugar, ele quer afirmar que na sociedade existem

7. “Como se pode dizer que derivam do poder de estado o conjunto das relações de poder que existem entre os dois sexos, entre os adultos e as crianças, na família, nos escritórios, entre os doentes e os saudáveis, entre os normais e os anormais?” (Foucault, 2003, p.268)

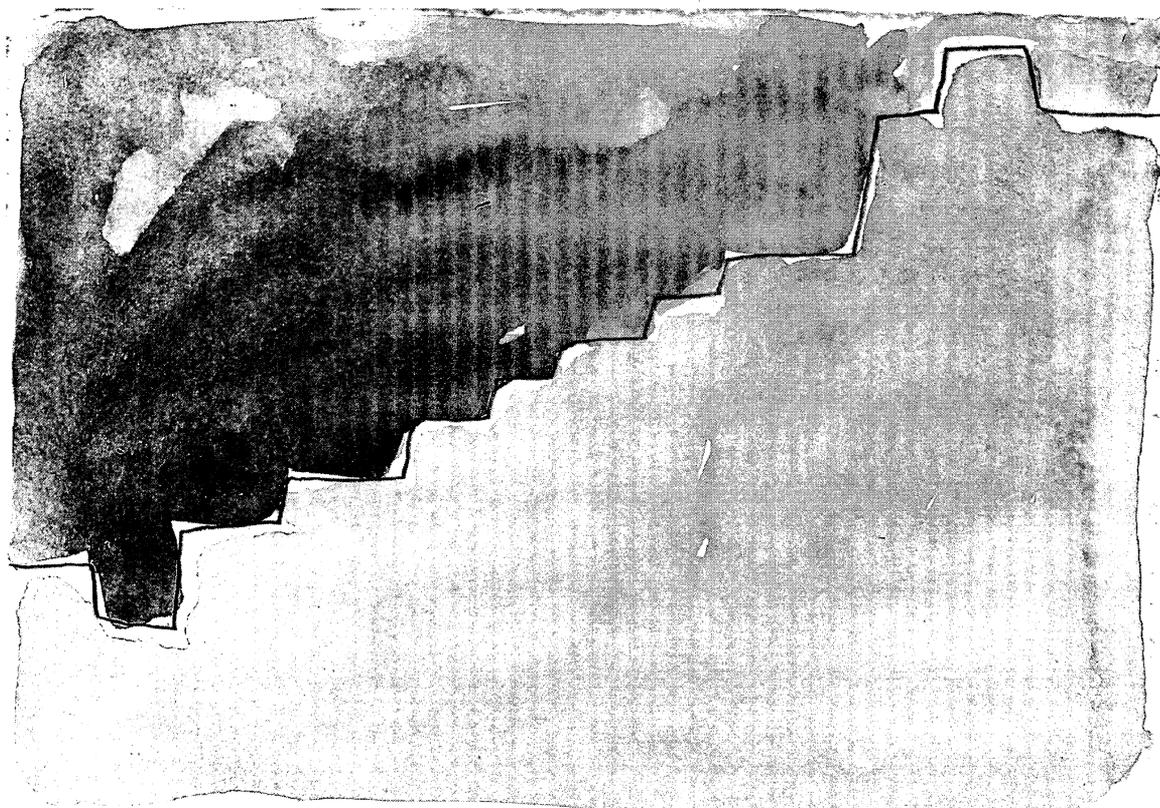
8. Não podemos deixar de notar que Foucault não ignora totalmente o caráter negativo do poder. Segundo ele, o poder não é fundamentalmente repressivo; e se por acaso ele se exerce de modo repressivo, é porque nesse caso age de maneira precária.

múltiplas relações de poder e não exclusivamente que a existência de um poder irresistível e onipresente atue nos corpos dos indivíduos. Assim ele explica a relação entre poder e resistência: "Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa." (Foucault, 1979a, p.241)

Por fim, vale lembrar também que Foucault, em seu texto de 1982 *O sujeito e o poder*, define a liberdade como condição para o exercício do poder. Nesta altura de seu trabalho, o que alguns chamam de "último Foucault", é revelada sua preocupação com as questões éticas em torno das quais os indivíduos devem buscar sua libertação⁹. Escreve ele: "O poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres. Por isto, nós nos referimos a sujeitos individuais ou coletivos que são encarados sob um leque de possibilidades no qual inúmeros modos de agir, inúmeras reações e comportamentos observados podem ser obtidos." (Foucault, 1982, p.90) Continua dizendo que, numa relação onde não há possibilidade de reação por parte daquele que está submetido a uma relação de força, não há relação de poder, mas sim uma relação de "constrangimento físico". Como afirma: "... não há confrontação face a face entre poder e liberdade, que são mutuamente excludentes (a liberdade desapareceria sempre que o poder fosse exercido), mas uma interação muito mais complicada. Nessa relação, a liberdade pode aparecer como condição para exercício do poder (simultaneamente sua pré-condição, já que a liberdade precisa existir para o 'poder' ser

exercido, e seu apoio, uma vez que sem a possibilidade de resistência, o poder seria equivalente à determinação física)" (idem, 1982, p.90)

Penetrar nos domínios da obra de Foucault, tentando decifrar os mecanismos de sujeição e controle das subjetividades através do instrumental oferecido pela analítica do poder, é um desafio e muito há por fazer nessa tarefa. Tentei ressaltar a contribuição de Foucault para a compreensão do fenômeno do poder fazendo referência a dois mundos bem diferentes um do outro: o mundo do selvagem e o do bárbaro. A partir desses dois mundos, a Teoria do poder (com o selvagem) e a analítica do poder de Foucault (com o bárbaro) tentam dar conta da dimensão do poder em nossas vidas. A Teoria do poder está preocupada fundamentalmente com o poder do Estado e sua origem, enquanto a *analítica do poder* redimensiona o papel do Estado e parte para a análise das relações de poder que se dão em domínios diversos da sociedade, não admitindo o Estado como foco exclusivo irradiador dessas relações. E contra o mundo do selvagem, com seu direito de natureza e sua disposição em fundar a ordem a partir do contrato social, Foucault nos apresenta o bárbaro na sua eterna luta com o outro, visando a alcançar uma posição de domínio. O bárbaro é uma figura que, por ser naturalmente guerreira, permite a Foucault tratar a questão da "guerra como 'analisador' das relações de poder." (Alessandro Fontana, no posfácio a *Em defesa da sociedade*, Foucault, 2002, p.330). Já a figura do selvagem, ilustrada na Teoria do poder, apresenta de forma figurada alguns pontos para os quais Foucault dirige sua crítica quando se dedica a estudar as relações de poder: o poder como propriedade; a lei como encarnação do poder; o 'economismo' nas relações de poder e o Estado co-



9. Além dos textos e entrevistas deixados em livros como a coletânea *Ditos e Escritos*, os livros publicados pelo autor que correspondem a essa fase de sua obra são os dois últimos volumes da *História da Sexualidade*, *O uso dos prazeres* (Vol.2) e *O Cuidado de si* (Vol.3).

mo foco das relações de poder que atravessam a sociedade.

Terminamos aqui com as palavras de Foucault sobre o projeto político (que sua morte prematura deixou inacabado) que envolve a construção de uma vida autônoma e livre: "poder-se-ia dizer, para concluir, que o problema, ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico que se

impõe a nós hoje não é o de procurar libertar o indivíduo do Estado e suas instituições, mas o de nós nos libertarmos, a nós mesmos, do Estado e do tipo de individualização a ele vinculado. É preciso promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos foi imposto durante tantos séculos." (Foucault, 1982, p.85)

Bibliografia

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. (1993), *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 2ª edição, São Paulo, Editora Moderna.
- BRANCO, Guilherme C. e PORTOCARRERO, Vera. (2000), *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro, Nau Editora.
- FOUCAULT, Michel. (1977), *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- _____. (1979a), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- _____. (1979b), *A Vontade de Saber*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed Graal
- _____. (1980), *L'impossible prison, recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle*. Paris, Ed. Du Seuil.
- _____. (1982), *Subject and Power*. In: Dreyfuss, H. e Rabinow P. Beyond structuralism and hermeneutics. Brighton, The Harvester Press.
- _____. (1994), *Dits et écrits* Vol. IV. Paris, Gallimard.
- _____. (1999), *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Nau editora.
- _____. (2002), *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2003), *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.
- HOBBS, Thomas. (1979), *Leviatã*. Col. Os pensadores. 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural.
- MAIA, Antônio. (1995), "Sobre a analítica do poder de Foucault". *Tempo Social*, 7(1-2): 83-103.
- NIETZSCHE, Friederich (1978), *A Gaia Ciência*. Col. Os pensadores. 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural.